

Quatro hipóteses para a escassez conservadora no meio acadêmico norte-americano

PEDRO FRANCO¹

Introdução

HÁ TEMPOS a Universidade é acusada de não oferecer espaço suficiente a pessoas, ideias e perspectivas associadas à direita política. No entanto, apesar da ampla difusão dessas críticas, pouco se produziu no Brasil em termos de estudos científicos sobre o tema. Como medir a escassez de direitistas na Universidade, quais as causas dessa escassez, e quais os efeitos que isso tem na qualidade da educação superior são perguntas que ainda não foram exploradas de modo profundo e sistemático pela nossa comunidade acadêmica.

Encontramos uma situação bastante diferente nos Estados Unidos, onde a cultura política do meio acadêmico já se consolidou como área de pesquisa e há décadas produz estudos quantitativos e qualitativos sobre o perfil político-ideológico do corpo docente e discente na Universidade americana. Consequentemente, aquilo que no Brasil se estabeleceu apenas como espécie de senso comum difuso já foi examinado empiricamente nos Estados Unidos por meio de estudos que recorrentemente vêm a confirmar: a direita é, de fato, sub-representada no meio acadêmico americano (Cardiff; Klein, 2005; Klein; Stern, 2009; Klein; Stern; Western, 2004-2005; Langbert, 2018; Gross; Simons, 2007).

Não pretendo, no presente trabalho, empreender uma análise conceitual do que significa “direita” e “esquerda”, nem uma avaliação metodológica mais profunda de como a representatividade desses grupos é mensurada no meio acadêmico. No entanto, entendendo que o leitor brasileiro não familiarizado com estudos sobre o tema pode receber a premissa fundamental do presente trabalho (isso é, a de que direitistas são sub-representados no meio acadêmico) com suspeição ou, no mínimo, anseio por qualificações, cabe esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, sobre a “sub-representação” referida na premissa: ela se refere a nada mais que a disparidade entre a porcentagem de conservadores autodeclarados no meio acadêmico e a porcentagem de conservadores autodeclarados entre a população americana em geral. Ao dividir essa última porcentagem pela primeira, podemos chegar ao que Al-Gharbi (2018a) se refere como o “coeficiente de representação” de um determinado grupo, onde um valor acima de 1 significa sobre-representação e abaixo de 1 significa sub-representação. Para avaliar como o coeficiente de representação de conservadores se compara

ao coeficiente de outros grupos, o leitor pode se referir à Tabela 1, em anexo, reproduzidos a partir de Al-Gharbi (2018a). O Gráfico 1, também em anexo, é uma representação visual desses mesmos coeficientes, tomando 0, ao invés de 1, como valor de base.¹

Em segundo lugar, sobre o que significa *ser de direita* no contexto da educação superior americana: Como apontado acima, os estudos referidos usam predominantemente o critério da autodeclaração. Isso significa que, a não ser que se especifique outro critério, o presente estudo considera de direita o sujeito que se declara como de direita. Naturalmente, essa conceitualização pode não satisfazer critérios mais sofisticados da filosofia política, mas ela é o suficiente para nossos propósitos. Esse critério também corre o risco de minimizar a notável heterogeneidade com que identidades políticas são negociadas dentro do campus universitário, tal como mostram algumas das etnografias disponíveis sobre o tema (Binder; Wood, 2012; Shields; Dunn, 2016). Seja como for, as particularidades que definem um conservador no meio acadêmico americano só serão aprofundadas na medida em que avançam a investigação a que o presente estudo se propõe.

O propósito deste trabalho é empreender uma análise de quatro hipóteses correntes sobre a escassez de conservadores no meio acadêmico norte-americano, sendo elas: 1) a hipótese meritocrática (conservadores usufruem de menos aptidão para o trabalho acadêmico e isso explica seu malogro na carreira acadêmica); 2) a hipótese da discriminação (conservadores são vítimas de práticas discriminatórias que impedem seu sucesso no meio acadêmico); 3) a hipótese da conversão (a educação superior, em particular as disciplinas das ciências sociais e humanas, tende a trazer alunos para a esquerda do espectro político); e 4) a hipótese da autosseleção (conservadores estariam voluntariamente optando por não ingressar na carreira acadêmica). Veremos que, apesar de não esgotar as avenidas de inquérito dessa questão, o tratamento complementar dessas hipóteses oferece o ponto de partida para visualizar um largo apanhado de fatores que influem na cultura política do meio acadêmico e que representam desafios acadêmicos e institucionais prementes na educação superior.

Na conclusão buscarei sintetizar os dados apresentados, avaliando a força relativa das hipóteses exploradas e apontando também algumas limitações do presente estudo. Conclui-se que, apesar de cada uma das hipóteses oferecer apenas um vislumbre de fatores relevantes para explicar a escassez de conservadores no meio acadêmico norte-americano, o consenso entre estudiosos da cultura política do meio acadêmico é de que tal escassez se dá por causa da discriminação e clima hostil enfrentado por conservadores na Universidade e, talvez especialmente, mediante um processo de autosseleção multicausal. Veremos também que, embora esse segundo fator pareça ser o mais preponderante, ele está intrinsecamente relacionado ao primeiro pela imagem institucional que se atrela à Universidade em consequência de concepções difundidas popularmente sobre sua falta de receptividade à diversidade ideológica.

Exploração de hipóteses

A hipótese meritocrática

Nossa primeira hipótese para a escassez conservadora no meio acadêmico americano sugere que indivíduos conservadores estariam menos habilitados ao exercício da atividade acadêmica por supostas limitações psicológicas, morais ou cognitivas inerentes ao conservadorismo. Um motivo evidente para lidar com essa hipótese é o fato de que ela é amplamente difundida no meio acadêmico: Neil Gross (2013) perguntou a professores universitários por que eles acreditam que há tão poucos conservadores trabalhando na academia, e 41% dos entrevistados responderam que “progressistas tendem a ter a mente mais aberta que conservadores, sendo a mente aberta um pré-requisito para o trabalho acadêmico” (ibidem) – outros 30% responderam que a ganância dos conservadores os afasta da Universidade. Shields e Dunn (2016, p.65-6) argumentam que essa hipótese se proliferou no mundo anglo-saxão em boa parte devido a autores influentes como Lionel Trilling, Paul Lazarfield, Wagner Thielens e Richard Hofstadter, cujas obras difundiram argumentos para corroborar a ideia de que o conservadorismo é antagônico à vida intelectual ou até mesmo uma patologia mental.

Naturalmente, existem diversos meios possíveis para se mensurar a aptidão de determinados grupos em determinados ofícios. Em relação ao ofício acadêmico, a mensuração de capacidades cognitivas entra em foco – e um debate de décadas vem se desenrolando sobre os resultados obtidos em mensurações de capacidade cognitiva entre conservadores e progressistas. Jost et al. (2003) estão entre os que argumentam que predisposições políticas à esquerda estão correlacionadas a uma série de hábitos cognitivos conducentes à vida intelectual. Conway et al. (2016) estão entre os que argumentam que tais características variam de acordo com o domínio de conhecimento testado, e que embora conservadores exibam menos complexidade cognitiva do que progressistas em alguns tópicos, o contrário se verifica em outros tópicos. Presumivelmente, tal variabilidade poderia ajudar a explicar por que a ideia de que conservadores possuem menos aptidão acadêmica se propagaria em um ambiente onde os tópicos tratados são selecionados mais frequentemente por progressistas do que por conservadores (Smith, 2014).

De todo modo, ao invés de mensurar aptidão acadêmica por diferenças estatísticas em capacidades cognitivas entre grupos abrangentes, um meio mais direto de mensurar tal aptidão é aplicado no estudo de Woessner e Kelly-Woessner (2009), que simplesmente compara o rendimento acadêmico de alunos de orientações políticas diferentes. Tal estudo, no entanto, não encontra diferenças significativas no rendimento acadêmico desses grupos, sugerindo que posicionamento político não está significativamente correlacionado às capacidades básicas necessárias para exercer atividades acadêmicas. Embora então o debate sobre medidas de capacidade cognitiva entre grupos políticos certamente permanece

em aberto, a aptidão para o trabalho acadêmico não parece estar entre os fatores mais significativos para explicar a escassez de conservadores no meio acadêmico. Isso torna-se mais claro também na medida em que exploramos outras hipóteses correntes, as quais nos ajudam a esclarecer também fatores políticos que influem na maneira como méritos são comensurados no meio acadêmico.

A hipótese da discriminação

Diversos estudos já foram realizados para se averiguar o quanto certas facetas do processo de seleção acadêmica estão sujeitas a vieses que prejudicam o acesso de conservadores na academia. Por “processos de seleção” podemos nos referir não apenas a procedimentos formais como contratação de docentes ou seleção de artigos para publicação, mas também a mecanismos mais sutis como a formação de laços sociais e incentivos psicológicos para o ingresso na profissão acadêmica – embora esses últimos possamos associar mais estritamente à hipótese da autoseleção, com a qual lidaremos mais adiante.

Começamos então por procedimentos formais. Em relação à contratação de docentes, um *survey* administrado por Yancey (2011) entre professores de Sociologia revelou que 30% deles admitem que estariam menos dispostos a contratar um candidato caso descobrissem que ele é um republicano. Em outro *survey* administrado por Inbar e Lammers (2012) entre professores de Psicologia Social, 38% dos participantes admitem que, entre dois candidatos igualmente qualificados, eles favoreceriam a contratação do candidato mais progressista.

Além da contratação para postos acadêmicos, outro pilar importante para o avanço na carreira acadêmica é a publicação de artigos e a seleção de projetos para o recebimento de verbas e apoio institucional. É importante notar que estudos que buscam medir a presença de vieses políticos nesses processos são inevitavelmente sujeitos a contestações. Isso porque, como observam Shields e Dunn (2016), tais estudos exigiriam a capacidade de avaliar a qualidade e importância de pesquisas sociais independentemente dos nossos próprios juízos normativos. Mensurar as fontes de tal viés portanto apresenta um desafio metodológico possivelmente insuperável para as ferramentas disponíveis às ciências sociais.

Os mesmos autores observam, no entanto, que a nossa incapacidade de superar essa dificuldade metodológica poderia oferecer ainda outro motivo para suspeitar que, em um contexto acadêmico predominantemente progressista, trabalhos que apelem a valores progressistas naturalmente tenderão a usufruir de maiores louvores do que trabalhos que apelem a valores conservadores (Shields; Dunn, 2016, p.75-6). A suspeita aumenta também se novamente considerarmos que muitos progressistas na Universidade tratam o conservadorismo como antagonístico à vida intelectual.

Seja como for, estudos sugerem que projetos que contenham marcadores associados ao conservadorismo de fato costumam encontrar dificuldades adicionais em processos de publicação e revisão por pares (Inbar; Lammers, 2012;

Abramowitz; Gomez; Abramowitz, 1975; Ceci; Peters; Plotkin, 1985). Embora revisores frequentemente rejeitem tais trabalhos sob justificativas técnicas ou metodológicas, o estudo de Ceci, Peters e Plotkin (1985) sugere que tais trabalhos costumam passar por escrutínio técnico maior do que aqueles que não contém marcadores de conservadorismo. Além de motivos técnicos, revisores também tendem a oferecer críticas políticas com muito mais frequência a esses trabalhos, às vezes rejeitando-os por explícito receio do impacto que eles poderiam ter no avanço de pautas progressistas.

Em um *survey* administrado por Inbar e Lammers (2012) entre psicólogos, verifica-se que 25% deles admitem que estariam mais inclinados a rejeitar propostas de trabalho que parecessem ter uma “perspectiva conservadora”, e quase 1 em cada 5 admitem que estariam mais inclinados a rejeitar artigos que “expressassem um ponto de vista conservador”. Assim como Yancey (2011) em seu estudo sobre viés ideológico em processos de contratação, Inbar e Lammers (2012) suspeitam que esses dados na verdade subestimam o problema, pois além do fato de que pessoas costumam não ser muito reflexivas em relação aos próprios vieses, nesses estudos os participantes foram perguntados diretamente sobre tal atitude e, presumivelmente, existem normas sociais que coibiriam a expressão de tais atitudes discriminatórias.

Em um estudo realizado em departamentos de filosofia, Peters et al. (2020) sugerem também que assumir uma identidade conservadora tende a ocasionar maior dano reputacional do que se assumir um progressista. Embora progressistas por vezes também relatem sofrer represálias sociais em decorrência das suas opiniões políticas (muitas vezes vindo do seu próprio campo político), o estudo indica que o grau de hostilidade observado por professores conservadores é significativamente maior, e que professores progressistas tendem a considerar justificada a discriminação contra opositores políticos com mais frequência do que professores conservadores.

Para além de relatos anedóticos que circulam sobre o tema, as evidências apontam então para a discriminação anticonservadora como um fator não negligenciável na cultura política do meio acadêmico norte-americano. Embora improvável que tal fator não ofereça barreiras adicionais para conservadores no seu avanço na carreira acadêmica, definir o *quanto* essa discriminação é difundida e o *quanto* ela afasta conservadores do meio acadêmico é tarefa que exige consideração de outros fatores que avaliaremos mais abaixo.

A hipótese da conversão

Outra hipótese frequentemente levantada para explicar a escassez de conservadores na academia diz respeito à maneira como a educação superior influi no posicionamento ideológico dos estudantes ao longo da sua trajetória acadêmica. Aqui novamente tratamos de um lugar-comum bastante difundido: a ideia de que alunos tendem a se tornar mais progressistas em consequência do seu contato com as disciplinas das ciências sociais e humanas. Antes de avaliar os

dados em torno dessa hipótese, é interessante notar que ela é corrente tanto no campo da direita quanto da esquerda, um lado muitas vezes sugerindo que as ciências sociais estariam *doutrinando* alunos em ideologias de esquerda, o outro muitas vezes sugerindo que as ciências sociais estariam *conscientizando* alunos de problemas sociais que naturalmente os atrairiam a perspectivas progressistas (Smith, 2014).

Embora estudos sobre doutrinação professoral sejam limitados,² os dados sugerem que tentativas por parte de professores universitários de impor opiniões políticas aos alunos não aparentam ser um fenômeno que afeta em grande medida o posicionamento político do corpo discente. A começar, Shields e Dunn (2016, p.166) observam indícios de que a doutrinação professoral pode muitas vezes até mesmo afastar o aluno das opiniões que o professor buscava inculcar. Diversos alunos relatam terem se tornado conservadores militantes justamente em reatidade aos vieses dos seus professores mais progressistas. Esses relatos levam Shields e Dunn a argumentar que, embora casos de doutrinação professoral existam e possam ser consideradas oportunidades pedagógicas perdidas, esse não é um fenômeno que afeta em grande escala o posicionamento político dos alunos.

O estudo de Wright, Motz e Nixon (2019), no entanto, sugere que o índice de conversão política entre professores universitários favorece a mudança do conservadorismo para o progressismo. Como isso ocorre em disciplinas onde progressistas já são majoritários, é difícil asseverar se essas conversões se dão primariamente em consequência de pressões sociais, do conhecimento adquirido através da disciplina ou outros incentivos. Já o estudo de Fosse, Fresse e Gross (2011) sugere que, entre alunos, o índice de conversão para ambos os lados é relativamente baixo, e que a disparidade ideológica nas disciplinas predominantemente progressistas se dá logo na porta de entrada.

Isso não significa, no entanto, que o comportamento político dos alunos não é influenciado de forma alguma pela sua experiência acadêmica. Um estudo de Henry e Napier (2017) sugere que alunos, tanto de esquerda quanto de direita, tendem a se tornar mais preconceituosos em relação a oponentes ideológicos ao longo da sua trajetória acadêmica. Embora os motivos para esse recrudescimento ideológico possam ser variados, o fato dele afetar alunos tanto de direita quanto de esquerda sugere que os principais estímulos para a radicalização discente não vêm do corpo docente. Corroborando essa linha de raciocínio, o estudo de Kyle Dodson (2014) sugere que um grau mais elevado de engajamento com o corpo docente tende a moderar as atitudes políticas dos alunos. Dodson observa que alunos que passam menos tempo com professores tendem a se radicalizar mais, sugerindo então que a radicalização política não é tão motivada por professores do que pelos próprios alunos. Esses dados vão ao encontro das observações de Binder e Wood (2012) sobre como alunos politicamente engajados tendem a manifestar seu engajamento de formas bastante diferente a depender do contexto social e identidade institucional da Universidade.

É relevante notar também que a escassez de professores conservadores faz que alunos conservadores tenham mais dificuldade em encontrar mentores intelectuais na academia (Woessner; Kelly-Woessner, 2009). Isso não apenas diminui o interesse desses alunos em perseguir cursos de pós-graduação, como também os leva a buscar fontes alternativas que harmonizem com as predisposições intelectuais fora da academia. Essas fontes extra-acadêmicas por um lado permitirão acesso à variedade temática que esses alunos não encontram na Universidade, mas, por outro, elas podem amplificar a influência de versões mais combativas e militantes do conservadorismo político sobre esses alunos (Binder; Wood, 2012). Tomados em conjunto, esses estudos sugerem então que a ausência de conservadores no corpo docente pode tornar alunos conservadores mais propensos à radicalização e à militância, e não necessariamente mais propensos a se tornarem progressistas.

Em relação ao que essa escassez de professores conservadores representa para alunos progressistas ou de centro, muitos argumentam que esses alunos sentirão falta dos benefícios do maior contato com a diversidade político-ideológica que encontrarão fora da Universidade (Johnson; Peacock, 2020; The Harvard Crimson Editorial Board, 2016). A falta desse contato os tornaria mais vulneráveis ao raciocínio motivado, viés de confirmação e estereótipos políticos, e à incorporação de atitudes avessas ao desconforto intelectual (Lukianoff; Haidt, 2019). Tais argumentos sugerem então que professores conservadores poderiam servir como fator de moderação política, desenvolvimento intelectual e preparo socioemocional para alunos progressistas também.

Vemos então que há diversos fatores na Universidade que de fato podem ajudar a moldar as atitudes políticas dos alunos. Esses fatores, no entanto, não parecem atuar na conversão de alunos da direita para a esquerda em escala proporcional à escassez de conservadores observada entre o corpo docente. Nas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, a escassez de conservadores se observa já entre o corpo discente dos cursos de graduação. Em disciplinas em que há maior equilíbrio político-ideológico entre corpo discente, progressistas são de todo modo os mais propensos a ingressar na carreira docente (Klein; Stern, 2009). Os dados sugerem, portanto, que há fatores que levam alunos progressistas a se interessarem mais pela carreira acadêmica do que conservadores, e não que interesse acadêmico necessariamente tende a gerar progressismo político.

A hipótese da autoseleção

Entre os fatores que podem tornar uma carreira mais ou menos atraente para determinado perfil, muitos estudos buscam avaliar os traços de personalidade que predis põem indivíduos a certos ofícios. Caso menos prevalentes em conservadores, traços de personalidade que despertam interesse no trabalho acadêmico poderiam então ajudar a explicar a sua escassez nesse ofício.

Estudos que buscam avaliar a distribuição de traços de personalidade entre grupos políticos de fato são realizados há décadas, mas Carney et al. (2008)

apontam que os critérios e distinções usados em tais estudos variam de tal forma que, em conjunto, eles estão longe de ser sistemáticas, coordenadas ou cumulativas. Uma leva mais recente de estudos da psicologia social, no entanto, vem mostrando resultados consistentes utilizando o modelo dos cinco grandes fatores (*Big Five personality traits*) como parâmetro comparativo entre perfis políticos. Em diversos modelos experimentais, progressistas tendem a pontuar mais em um traço de personalidade conhecido dentro desse modelo como *abertura à experiência*. Esse traço estaria relacionado a predileção pelo raciocínio abstrato, pela imaginação ativa (fantasia) e apreciação estética – atividades que evidentemente encontram abrigo profissional com facilidade em departamentos de artes, humanas e ciências sociais. Carney et al. (2008) argumentam então que a distribuição de traços de personalidade entre grupos políticos pode afetar em alguma medida as escolhas de carreira prevalente entre esses grupos.

Embora então não haja evidências significativas de que conservadores tenham menos *capacidade* de exercer a carreira acadêmica, há motivos então para acreditar que eles simplesmente possam ter, em média, menos *interesse* nessa carreira em decorrência de preferências pessoais e objetivos de vida mais comuns entre conservadores (Woessner; Kelly-Woessner, 2009). É importante notar, no entanto, que tais estudos de personalidade dizem pouco sobre como tais diferenças de personalidade se traduzem efetivamente em comportamentos no dia a dia. Carney et al. (2008) apontam que traços de personalidade podem se tornar mais ou menos salientes em determinadas circunstâncias, ou seja, não é garantido que indivíduos que pontuam baixo em abertura à experiência exibirão menos afeição ao raciocínio abstrato, imaginação ativa ou apreciação estética quando fatores contextuais os estimulam a exercer tais atividades. Atitudes supostamente características de um determinado grupo político podem emergir ou se tornar latentes a depender do contexto.

É importante notar, portanto, que preferências e interesses profissionais não se constroem apenas de modo interno e individual, mas dependem também de uma série de percepções socialmente negociáveis (Wright; Motz; Nixon, 2019). Poderíamos argumentar então que o que mantém conservadores afastados da carreira acadêmica não se trata necessariamente de desinteresse em relação à atividade intelectual *enquanto tal*, mas desinteresse em relação à atividade intelectual *tal como representada* pela atual identidade institucional do establishment acadêmico. Seguindo essa linha de raciocínio, Shields e Dunn (2016, p.77-8) indagam se a profissão acadêmica não haveria sido politicamente “tipificada” de forma semelhante a certas profissões que teriam sido tipificadas por gênero. Por exemplo, da mesma forma que muitos homens são repelidos por uma carreira em enfermagem por não a considerarem uma escolha profissional adequada ao gênero masculino, muitos conservadores poderiam evitar a carreira acadêmica por não enxergar esta atividade como adequada à sua identidade política.

Aqui começamos a entender também que, além de não serem mutualmente excludentes, as hipóteses da discriminação e da autosseleção podem até mesmo apontar fatores interligados por reforço mútuo. A percepção de que conservadores não são bem-vindos na Universidade é, afinal, amplamente difundida. Conservadores podem então pressentir dificuldades adicionais nesse caminho profissional e escolher evitá-lo. Autosseleção, portanto, pode estar intrinsecamente associada à discriminação *percebida* pelo grupo em questão.

Podemos então apontar a discriminação efetiva vs. discriminação percebida como fatores distintos em uma análise da hipótese da autosseleção. Nesse debate, Jeffrey Sachs (2019) é um dos que argumentam que a discriminação percebida pode não estar em total consonância com a discriminação que conservadores efetivamente sofrem no meio acadêmico. Sachs aponta, por exemplo, que o fato de que alunos conservadores têm rendimento acadêmico semelhante a progressistas sugere que ao menos as notas dos alunos não são prejudicadas por posicionamento político em salas de aula.

Sachs argumenta também que embora haja casos reais de preconceito e discriminação contra conservadores na Universidade, esses casos seriam minoritários quando comparados ao número muito maior de professores que *não* perseguem colegas por motivações político-ideológicas. Por mais radicais e escandalosos que alguns desses casos de discriminação sejam, eles não seriam verdadeiramente representativos do clima geral na Universidade apesar de muitas vezes serem alardeados como tal.

Em resposta a observações desse tipo, Lee Jussim (2018) aponta que uma relativa infreqüência de casos de preconceito e discriminação ainda podem ser enormemente significativos em termos do seu impacto institucional e sociocultural. Para ilustrar seu argumento, Jussim utiliza um modelo adaptado da chamada *pirâmide de radicalização*. O modelo reproduzido no Gráfico 2, em anexo, é utilizado para se avaliar a dinâmica sociocultural por meio da qual uma minoria radical pode adquirir influência desproporcional em uma comunidade.

A imagem sugere: 1) uma minoria radical que comete atos de violência e assédio contra oponentes políticos; 2) um número ligeiramente maior de pessoas que não se envolvam diretamente com táticas violentas, mas providenciam justificativas simbólicas para o uso delas; 3) um número ainda maior de pessoas que não apoiam táticas violentas mas simpatizam politicamente com muitos dos objetivos daqueles que as adotam; e 4) uma base majoritária de “não envolvidos”.

Embora o grupo 1 possa representar uma pequena minoria, o modelo piramidal da radicalização ajuda a entender como ele ainda é capaz de exercer influência desmedida sobre a instituição dentro da qual ele atua. Atos de intimidação e violência, por mais raros que sejam, contam com o apoio de um grupo maior (2) que, embora não cometa tais atos, transmite símbolos que podem ser apropriados para justificar tais atos.³

Além disso, a minoria radical conta também com o apoio indireto de um grupo ainda maior (3) que, por mais que discorde das táticas empreendidas por grupos radicais e não buscam fornecer justificativas simbólicas para a violência, expressam simpatia pelos princípios defendidos pelos radicais. São aqueles que, poderíamos dizer, não apoiam os meios, mas simpatizam com a causa. Em razão dessa simpatia, esse grupo tenderá a não expressar com muita ênfase suas discordâncias com a minoria radical. Seja para não comprometer a causa, seja para não serem confundidos com opositores da causa, o grupo simpatizante portanto não costuma oferecer resistência significativa às demandas e influência de grupos que optam por táticas radicais.

O grupo majoritário no modelo piramidal é composto pelos não envolvidos. Esse estrato se refere a todos aqueles que, embora nem simpatizem com a causa nem concordem com a tática da minoria radical, simplesmente não expressam opinião quanto ao seu comportamento. Seja por desinteresse, seja por receio de atrair polêmica para si, esse grupo também evitará o desgaste de uma posição crítica ao radicalismo e também não oferecerá grande resistência às suas demandas e influência.

O modelo piramidal se mostra útil à discussão sobre a influência de grupos radicais dentro da Universidade, dos fatores que podem tornar a Universidade um ambiente menos acolhedor para conservadores, e sobre a imagem institucional construída em torno da Universidade. Podemos entender através do modelo que uma frequência relativamente baixa de casos de discriminação ainda pode comprometer o clima geral da Universidade quando esses casos não encontram resistência do resto do corpo acadêmico. Quando acadêmicos são relutantes em denunciar casos de intolerância política dentro da Universidade isso então contribuiria para que uma minoria intolerante seja o suficiente para impor um clima hostil a muitos conservadores.

Além do clima hostil, a dinâmica piramidal ajuda consolidar uma *imagem* da Universidade como espaço de intolerância política na medida em que não há ações institucionais coordenadas entre a comunidade acadêmica para abordar abertamente o problema do preconceito anticonservador. Esse preconceito, mesmo que minoritário, corre assim o risco de se tornar simbolicamente representativo da instituição acadêmica como um todo. Com isso podemos sugerir que grande parte do corpo docente universitário, mesmo quando não diretamente envolvido em atos politicamente discriminatórios, pode estar contribuindo para a imagem da Universidade como ambiente de radicalismo anticonservador ao não se contrapor efetivamente a tais atos quando ocorrem.

Embora críticos apontem que o *establishment* acadêmico é em grande parte responsável por essa imagem ao não combater a discriminação anticonservadora com a veemência adequada, vale notar também as críticas direcionadas a conservadores que contribuem para essa imagem. Matthew Woessner (2014) – ele mesmo um conservador – alerta que o alarde que conservadores fazem

em torno do viés progressista da Universidade pode ter o efeito não pretendido de exacerbar ainda mais o problema. Isso porque, considerando o papel da autosseleção, Woessner considera que a medida mais eficaz para se promover a diversidade política na academia seria *incentivar* conservadores a buscar carreiras acadêmicas, e não os afugentar com histórias de terror da Universidade progressista. Esse argumento sugere, portanto, que tanto progressistas quanto conservadores podem adotar estratégias diferentes para dar à Universidade uma imagem mais ideologicamente acolhedora. Ao lado progressista caberia efetivamente reconhecer a intolerância interna e a falta de diversidade política na academia como problemas a serem abordados e que comprometem a qualidade da educação superior. Ao lado conservador, caberia saber dosar suas queixas de modo a não retratar a educação superior como uma causa perdida para jovens conservadores. Shields e Dunn (2016) também subscrevem a essa recomendação ao final do seu estudo:

[...] conservadores fora da universidade devem ter cuidado para não exagerar a intolerância dentro dela. Reclamar do radicalismo professoral pode ser uma das poucas fontes de identidade comum em uma coalizão republicana ideologicamente diversa, mas certamente não incentiva jovens conservadores a considerar uma carreira na academia. Sim, os conservadores estão corretos até certo ponto - eles são amplamente estigmatizados na academia... Essa estigmatização é injusta. Mas, como atestam os muitos exemplos deste livro, conservadores podem sobreviver e até prosperar na universidade progressista... [Muito embora] jovens conservadores devam, é claro, conhecer bem o cenário acadêmico e saber navegá-lo com cuidado. (Shields; Dunn, 2016, p.203)

Conclusão

Difícilmente a causa de um quadro social complexo pode ser reduzida a somente um fator. Como vimos, a escassez de conservadores no meio acadêmico americano não foge a essa regra, mas isso não significa que não possamos avaliar a relativa força explicativa das hipóteses correntes sobre o tema. Sobre a hipótese meritocrática, levamos em conta algumas dimensões possíveis para se mensurar aptidão acadêmica e avaliamos que há pouca corroboração empírica para a tese de que conservadores são menos capazes no exercício de atividades acadêmicas. Vimos, no entanto, que estereótipos sobre a inépcia mental de conservadores são amplamente difundidos no meio acadêmico, o que nos levou a uma avaliação do papel exercido pelo preconceito e discriminação nesse contexto. Vimos então alguns dados disponíveis sobre processos de seleção que podem se tornar enviesados de forma a criar barreiras adicionais ao avanço de conservadores na carreira acadêmica e que a discriminação contra conservadores é um componente inegável do problema.

Sobre a hipótese da conversão, vimos que embora índices de conversão aparentem favorecer a tendência de professores universitários se tornarem pro-

gressistas, o índice não é suficiente para explicar a disparidade. No entanto, vimos que mudanças de atitude política podem ser influenciadas pelos laços comunitários estabelecidos na educação superior, e que professores conservadores poderiam servir tanto como um fator de moderação nas atitudes políticas do corpo docente quanto um fator de incentivo para conservadores permanecerem na trajetória acadêmica na medida em que oferecem oportunidades de mentoria intelectual a alunos conservadores e ajudam a coibir estereótipos dos alunos progressistas.

Ao avaliar a hipótese da autoseleção, tratamos de fatores que podem servir como desincentivo para conservadores escolherem ingressar na carreira acadêmica. Vimos, por exemplo, que traços de personalidade correlacionáveis a atitudes políticas podem explicar em parte o interesse proporcional que se observa entre progressistas e conservadores em relação à carreira acadêmica. Vimos, no entanto, que o interesse em ingressar nessa carreira é também condicionado a percepções socialmente negociáveis, isso é, à *imagem* que a Universidade transmite como um ambiente acolhedor (ou não) a certas identidades políticas. Aqui voltamos ao tema da discriminação no sentido de avaliar como a percepção dessa discriminação afasta conservadores do meio acadêmico. Vimos então, com o auxílio do modelo piramidal de radicalização, que até mesmo casos infrequentes de violência e assédio podem criar um clima hostil a conservadores quando contam com a indiferença, simpatia, ou apoio simbólico do resto da comunidade acadêmica. Terminamos essa subseção lembrando, no entanto, que conservadores também podem contribuir para essa imagem da Universidade mediante caracterizações hiperbólicas do problema, assim afastando ainda mais conservadores do meio acadêmico.

Se tivermos que dar uma resposta curta à pergunta colocada no título deste trabalho, diríamos então que a escassez de conservadores no meio acadêmico norte-americano se dá principalmente por uma combinação de discriminação e autoseleção movida, entre outros fatores, pela identidade institucional adquirida pela Universidade em consequência da sua reputação por ser um ambiente não-acolhedor a certas identidades políticas. A pesquisa, no entanto, deixa evidente a intrincada relação desses fatores e aponta para a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre a cultura política do meio acadêmico e como isso afeta a qualidade da educação superior.

Concluo apontando algumas limitações do presente estudo. Primeiramente, devemos reconhecer que as hipóteses exploradas certamente não esgotam o tema, e que certamente existem outras que podem ser levadas em conta de modo a contribuir para a discussão. Isso torna-se ainda mais evidente se considerarmos que os dados apresentados dizem respeito exclusivamente ao meio acadêmico americano, e que a questão ainda não foi explorada de forma sistemática por cientistas sociais brasileiros. Em segundo lugar, devemos reconhecer também que muitos dos estudos aqui citados apresentam recortes parciais de

um ambiente multifacetado que desafia generalizações. Até mesmo o estudo de Shields e Dunn (2016), talvez o mais completo sobre o tema, reconhece que as experiências de professores e alunos conservadores são imensamente variadas entre si. Sendo assim, a relevância dos fatores apontados ao longo deste trabalho pode variar significativamente a depender de qual Universidade e qual sala de aula estamos olhando.

Seja como for, o presente trabalho não pretende oferecer uma explicação derradeira para a questão e nem ser a última palavra sobre o assunto. Ao contrário, pretende-se aqui apenas auxiliar no pontapé inicial de uma discussão que até o momento obteve pouca penetração em periódicos acadêmicos no Brasil, mas que, de todo modo, pode contribuir para uma leitura mais completa de fatores relevantes que influem nos nossos ambientes educacionais.

Notas

- 1 O termo “*liberal*”, em inglês, é traduzido aqui e no resto do trabalho como “progressista” de modo a se manter mais fiel ao significado que o termo tem no discurso político americano.
- 2 Isso se dá, em grande parte, devido à dificuldade em definir exatamente o que constitui “doutrinação” no contexto da prática pedagógica. Para uma discussão conceitual do tema, ver: Snook (2010).
- 3 Entre esses símbolos justificativos poderíamos citar a “tolerância repressiva” de Herbert Marcuse (ver Kelly-Woessner, 2015) ou também teorias que consideram justo suprimir violentamente certos discursos pois tais discursos seriam eles próprios equivalentes à violência (ver Lukianoff; Haidt, 2019).

Referências

- ABRAMOWITZ, S.; GOMEZ, B.; ABRAMOWITZ, C. Publish or Politic: Referee Bias in Manuscript Review. *Journal of Applied Social Psychology*, 1975.
- AL-GHARBI, M. Data on How Ideological (Under)Representation Compares to (Under)Representation Along the Lines of Race, Gender or Sexuality. *Heterodox Academy*, 2018a.
- _____. Why should we care about ideological diversity in the academy? *Heterodox Academy*, 2018b.
- BINDER, A.; WOOD, K. *Becoming Right: How Campuses Shape Young Conservatives*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- CARDIFF, C.; KLEIN, D. Faculty Partisan Affiliation in All Disciplines: A Voter Registration Study. *Critical Review*, 2005.
- CARNEY, D. et al. The Secret Lives of Liberals and Conservatives: Personality Profiles, Interaction Styles, and the Things They Leave Behind. *Political Psychology*, 2008.
- CECI, S. ; PETERS, D.; PLOTKIN, J. Human Subjects Review, Personal Values, and the Regulation of Social Science Research. *American Psychologist*, 1985.

- CONWAY, L. G. et al. Are conservatives really more simple-minded than liberals? The domain specificity of complex thinking. *Political Psychology*, 2016.
- DODSON, K. The Effect of College on Social and Political Attitudes and Civic Participation. In: GROSS, N.; SIMONS, S. *Professors and their Politics*. JHUP, 2014.
- FOSSE, E.; FRESSE, J.; GROSS, N. Political Liberalism and Graduate School Attendance: a Longitudinal Analysis. *Working Paper*, 2011.
- GROSS, N. *Why Are Professors Liberal and Why Do Conservatives Care?* Harvard University Press, 2013.
- GROSS, N.; SIMONS, S. The Social and Political Views of American Professors. *Working Paper*, 2007.
- HENRY, P. J.; NAPIER, J. Education is related to higher ideological prejudice. *Public Opinion Quarterly*, 2017.
- INBAR, Y.; LAMMERS, J. Political Diversity in Social and Personality Psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 2012.
- JOHNSON, M. R.; PEACOCK, J. Breaking the Bubble: Recent Graduates' Experiences With Ideological Diversity. *Journal of Diversity in Higher Education*, 2020.
- JOST, J. T. et al. Political Conservatism as Motivated Social Cognition. *Psychological Bulletin*, 2003.
- JUSSIM, L. The Reality of the Rise of an Intolerant and Radical Left on Campus. *Aero*, 2018.
- KELLY-WOESSNER, A. How Marcuse made today's students less tolerant than their parents. *Heterodox Academy*, 2015.
- KLEIN, D.; STERN, C. By the numbers: The ideological profile of professors. In: MARRANTO, R.; REDDING, R.; HESS, F. *The Politically Correct University: Problems, scope, and reforms*. Washington D.C.: The AEI Press, 2009.
- KLEIN, D.; STERN, C.; WESTERN, A. Documenting the One-Party Campus. *Academic Questions*, 2004-2005.
- LANGBERT, M. Homogenous: The Political Affiliations of Elite Liberal Arts College Faculty. *Academic Questions*, 2018.
- LUKIANOFF, G.; HAIDT, J. *The Coddling of the American Mind: How Good Intentions and Bad Ideas Are Setting Up a Generation for Failure*. S. l.: Penguin Books, 2019.
- PETERS, U. et al. Ideological diversity, hostility, and discrimination in philosophy. *Philosophical Psychology*, 2020.
- SACHS, J. The myth of partisan grading! *Twitter*. 12 fev. 2019.
- SHIELDS, J.; DUNN, J. *Passing on the Right: Conservative professors in the progressive university*. S. l.: Oxford University Press, 2016.
- SMITH, C. *The Sacred Project of American Sociology*. S. l.: Oxford University Press, 2014.
- SNOOK, I. *Concepts of Indoctrination: Philosophical essays*. S. l.: Routledge & Kegan Paul Ltda., 2010.
- THE HARVARD Crimson Editorial Board. Elephant and Man at Harvard. *The Harvard Crimson*, 2016.

WOESSNER, M. Bridging the Ideological Divide - Fostering True Diversity in Higher Education. *Youtube*, 2014.

WOESSNER, M.; KELLY-WOESSNER, A. Left Pipeline: Why Conservatives Don't Get Doctorates. In: MARANTO, R.; REDDING, R.; HESS, F. *The Politically Correct University: Problems, scope, and reforms*. Washington D.C.: The AEI Press, 2009.

WRIGHT, J.; MOTZ, R.; NIXON, T. Political Disparities in the Academy: It's More Than Self-Selection. *Academic Questions*, 2019.

YANCEY, G. *Compromising Scholarship: Religious and Political Bias in American Higher Education*. Waco: Baylor University Press, 2011.

RESUMO – O presente artigo explora algumas hipóteses sobre a escassez de conservadores entre o meio acadêmico norte-americano. Embora não pretenda oferecer uma explicação exaustiva sobre a distribuição de perfis político-ideológicos entre esse meio, o trabalho avalia a força relativa de quatro hipóteses: 1) a hipótese meritocrática (conservadores usufruem de menos aptidão para o trabalho acadêmico); 2) a hipótese da discriminação (conservadores são vítimas de práticas discriminatórias dentro do meio acadêmico); 3) a hipótese da conversão (o meio acadêmico tende a trazer seus ingressos para a esquerda do espectro político); e 4) a hipótese da autosseleção (conservadores estariam voluntariamente optando por não ingressar na carreira acadêmica). A exploração dessas hipóteses revela um quadro multicausal que, todavia, não apresenta evidências substantivas para corroborar a hipótese meritocrática ou a hipótese da conversão. Conclui-se que a escassez conservadora se dá principalmente por uma interligação de fatores autorreforçadores revelados pela hipótese da discriminação e a hipótese da autosseleção.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior, Cultura política, Conservadorismo, Discriminação, Autosseleção.

ABSTRACT – This article explores some hypotheses for the scarcity of conservatives among North American academia. Although it does not intend to offer an exhaustive explanation for the distribution of political-ideological profiles in this environment, the study will evaluate the relative strength of four hypotheses: 1) the meritocratic hypothesis (conservatives have less aptitude for academic work); 2) the discrimination hypothesis (conservatives are victims of discriminatory practices within the academic milieu); 3) the conversion hypothesis (the academic milieu tends to bring its members towards the left of the political spectrum); and 4) the self-selection hypothesis (conservatives are voluntarily opting out of academic careers). The exploration of these hypotheses reveals a multi-causal picture that, nonetheless, does not present substantive evidence to support the meritocratic hypothesis or the conversion hypothesis. It is concluded that the conservative scarcity is mainly due to a interconnection of self-reinforcing factors revealed by the discrimination hypothesis and the self-selection hypothesis.

KEYWORDS: Higher education, Political culture, Conservatism, Discrimination, Self-selection.

Pedro Franco é professor da ISE Business School. Bacharel em Comunicação Social e mestre em História pela PUC-Rio, mestre em Estudos Interdisciplinares pela New York University. @ – pdf franco@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-0496-5654>.

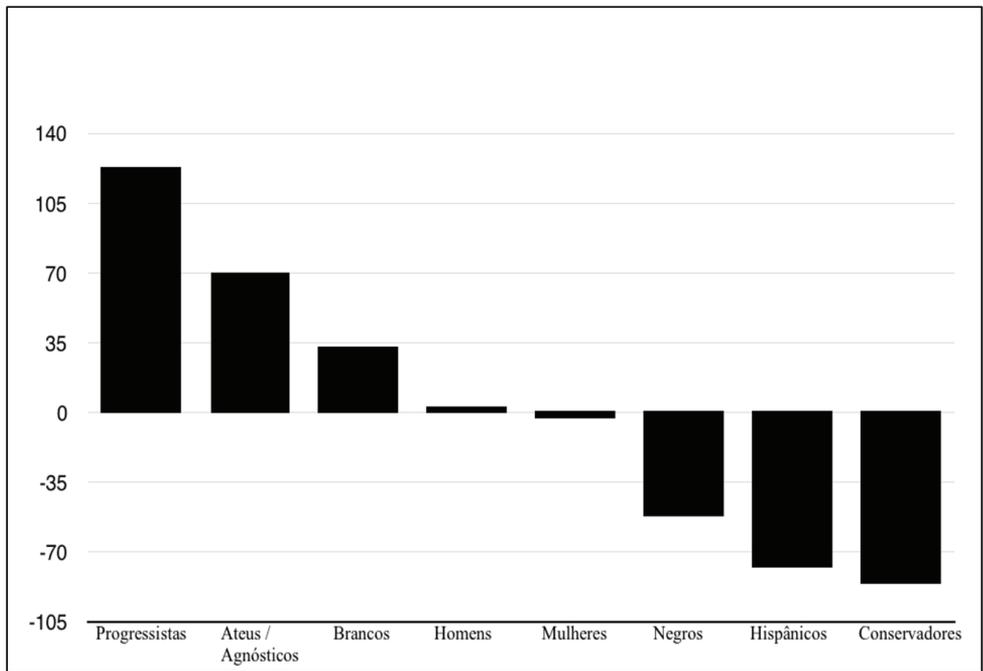
Recebido em 17.6.2022 e aceito em 20.10.2022.

¹ISE Business Scholl, São Paulo, Brasil.

Anexos: Gráficos e Tabelas

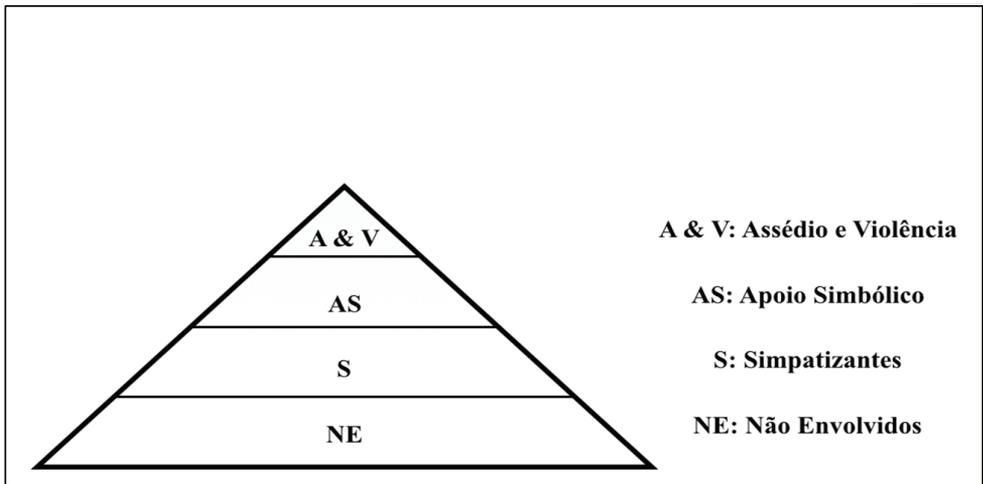
Tabela 1 – Coeficiente de representação de diversos grupos na academia americana

	Porcentagem do corpo docente	Porcentagem da população americana	Coeficiente de representação
Progressistas	58	26	2.33
Ateus/ Agnósticos	39	23	1.7
Branco	81	61	1.33
Homens	50	49	1.02
Mulheres	50	51	0.98
Negros	5	18	0.38
Hispanicos	4	18	0.22
Conservadores	5	35	0.14
Hispanicos	4	18	0.22
Conservadores	5	35	0.14



Fonte: Al-Gharbi, 2018.

Gráfico 1 – Representação gráfica do coeficiente de representação.



Fonte: Jussim, 2018.

Gráfico 2 – Modelo piramidal de radicalização.

